



antram

Associação Nacional de Transportadores
Públicos Rodoviários de Mercadorias

Pessoa Coletiva
de Utilidade Pública



LEGISLAÇÃO COVID-19

(atualizado às 9h20 do dia 8 de novembro)

Ordenação Cronológica - do mais recente para o mais antigo

NOVEMBRO 2021

Decreto-Lei n.º 92/2021, de 8 de novembro

Prorroga a vigência do regime do processo extraordinário de viabilização de empresas.

- [Diploma legal](#)

OUTUBRO 2021

Resolução do Conselho de Ministros n.º 142-A/2021, de 29 de outubro

Altera as medidas no âmbito da situação de alerta.

- [Diploma legal](#)

SETEMBRO 2021

Declaração de Retificação n.º 33/2021

Retifica o Decreto-Lei n.º 78-A/2021, de 29 de setembro, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 78-A/2021, de 29 de setembro

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 135-A/2021, de 29 de setembro

Altera as medidas no âmbito da situação de alerta.

- [Diploma legal](#)

AGOSTO 2021

Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2021, 24 de agosto

Declara a situação de contingência no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 71-A/2021, de 13 de agosto

Prorroga o apoio extraordinário à retoma progressiva da atividade.

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 7746-B/2021, de 6 de agosto

(publicado no DR n.º 152, série II de 6-8-2021)

Aprova as listas dos países e das competições desportivas internacionais a que se aplicam as regras em matéria de tráfego aéreo, aeroportos, fronteiras terrestres, marítimas e fluviais.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 70-B/2021, de 6 de agosto

Estabelece medidas de proteção para os clientes bancários abrangidos pelas medidas excecionais e temporárias de proteção de créditos e altera o regime relativo à prevenção e regularização das situações de incumprimento de contratos de crédito.

- [Diploma legal](#)

JULHO 2021

Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2021, de 30 de julho

Altera as medidas aplicáveis em situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 50/2021, de 30 de julho

Prorroga as moratórias bancárias, alterando o Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 64/2021, de 28 de julho

Aprova a criação da Linha de Apoio à Tesouraria para Micro e Pequenas Empresas.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 63/2021, de 28 de julho

Procede à criação do Fundo de Capitalização de Empresas.

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 7374-E/2021, de 23 de julho

(publicado no DR n.º 142, série II de 23-07-2021)

Aprova as listas dos países e das competições desportivas internacionais a que se aplicam as regras em matéria de tráfego aéreo, aeroportos, fronteiras terrestres, marítimas e fluviais.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 96-A/2021, de 22 de julho

Sumário: Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 92-A/2021, de 15 de julho

Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 56-C/2021, de 9 de julho de 2021

Altera o regime contraordenacional no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 6794-A/2021, de 9 de julho

(publicado no DR n.º 132, 2º Suplemento, Série II de 2021-07-09)

Aprova as listas dos países e das competições desportivas internacionais a que se aplicam as regras em matéria de tráfego aéreo, aeroportos, fronteiras terrestres, marítimas e fluviais.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 91-A/2021, de 9 de julho de 2021

Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 56-A/2021, de 6 de julho

Prorroga medidas extraordinárias de apoio aos trabalhadores e às empresas, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86-A/2021, de 1 de julho

Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade

- [Diploma legal](#)

JUNHO 2021

Decreto-Lei n.º 54-A/2021, de 25 de junho

Executa na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2021/953, relativo ao Certificado Digital COVID da UE.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 77-A/2021, de 24 de junho

Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade.

- [Diploma legal](#)

Declaração de Retificação n.º 18-B/2021, de 18 de junho

Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-B/2021, de 4 de junho, que prossegue a estratégia do levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 76-A/2021, de 17 de junho

Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 53-A/2021, de 16 de junho

Altera diversas medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 36-A/2021, de 14 de junho

Renova a imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando a vigência da Lei n.º 62-A/2020, de 27 de outubro.

- [Diploma legal](#)

Declaração de Retificação n.º 18-A/2021, 14 de junho

Retifica a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 74-A/2021](#), de 9 de junho, que altera as medidas aplicáveis em situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 5848-B/2021, de 14 de junho

(publicado no DR n.º 113, série II de 14-06-2021)

Aprova as listas dos países e das competições desportivas internacionais a que se aplicam as regras em matéria de tráfego aéreo, aeroportos, fronteiras terrestres, marítimas e fluviais.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-B/2021, de 4 de junho

Prossegue a estratégia do levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2021, de 4 de junho

Altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade.

- [Diploma legal](#)

MAIO 2021

Despacho n.º 5418-A/2021, de 28 de maio

(publicado no DR n.º 104, série II, 3.º suplemento de 28-5-2021)

Aprova as listas dos países e das competições desportivas internacionais a que se aplicam as regras em matéria de tráfego aéreo, aeroportos, fronteiras terrestres, marítimas e fluviais.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2021, de 28 de maio

Prorroga a situação de calamidade e altera as medidas aplicáveis a determinados municípios no âmbito da situação de calamidade.

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 33/2021, de 28 de maio

Prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado para as transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para combater os efeitos da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 37/2021, de 21 de maio

Cria uma medida excecional de compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida.

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP n.º 78 de 27/5/2021](#): Compensação às empresas pelo aumento do salário mínimo

Resolução do Conselho de Ministros n.º 62-A/2021, de 21 de maio

Altera as medidas aplicáveis a determinados concelhos no âmbito da situação de calamidade.

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 5187-A/2021, de 21 de maio

(publicado no DR n.º 99, Série II, de 21-5-2021)

Altera a lista dos países a que se aplicam as regras em matéria de tráfego aéreo, aeroportos e fronteiras terrestres, marítimas e fluviais.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 59-B/2021, de 14 de maio

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 4957-A/2021, de 14 de maio (alterado pelo Despacho n.º 5187-A/2021, de 21 de maio)

(publicado no DR n.º 94, série II de 14-5-2021)

Aprova a lista dos países e das competições desportivas internacionais a que se aplicam as regras em matéria de tráfego aéreo, aeroportos, fronteiras terrestres e fluviais.

- [Diploma legal](#)

Portaria n.º 102-A/2021, de 14 de maio

Regulamenta o novo incentivo à normalização da atividade empresarial, previsto no Decreto-Lei n.º 23-A/2021, de 24 de março, e o apoio simplificado para microempresas à manutenção dos postos de trabalho, previsto no Decreto-Lei n.º 46-A/2020, de 30 de julho.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-A/2021, de 11 de maio

Altera as medidas especiais aplicáveis às freguesias de São Teotónio e Longueira/Almogrove, no município de Odemira

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 4697-A/2021, de 7 de maio (revogado pela Resolução do Conselho Ministros n.º 52-A/2021, de 11 de maio)

(publicado no DR n.º 89, série II de 7/5/2021)

Estabelece condições para, a título excecional, ser permitida a circulação de trabalhadores de serviços essenciais, bem como de trabalhadores de um conjunto de explorações agrícolas que importa salvaguardar, sem descurar a defesa da saúde pública no território do município de Odemira.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio

Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-B/2021, de 4 de maio

Cria a Estrutura de Missão «Recuperar Portugal».

- [Diploma legal](#)

ABRIL 2021

Despacho n.º 4473-D/2021, 30 de abril

(publicado no DR n.º 84, série II de 30-abril-2021)

Aprova a lista dos países e das competições desportivas internacionais a que se aplicam as regras em matéria de tráfego aéreo, aeroportos, fronteiras terrestres e fluviais.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-C/2021, de 30 de abril (alterado pela Resolução do Conselho Ministros n.º 52-A/2021, de 11 de maio, revogado a alínea g) do n.º 2 e o artigo 50 do seu anexo e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 62-A/2021, de 21 de maio)

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 4391-B/2021 (alterado pela Resolução do Conselho Ministros n.º 52-A/2021, de 11 de maio, revogado o n.º 2)

(publicado no DR n.º 83, série II, de 29/4/2021)

Reconhecimento antecipado da necessidade de declarar a situação de calamidade no município de Odemira.

- [Diploma legal](#)

Declaração de Retificação n.º 12-A/2021, de 21 de abril

Retifica o Decreto n.º 7/2021, de 17 de abril, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 74-A, de 17 de abril de 2021.

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 3894-A/2021, de 17 de abril

(publicado no DR n.º 74-A, II série de 17-04-2021)

Aprova a lista dos países e das competições desportivas internacionais a que se aplicam as regras em matéria de tráfego aéreo, aeroportos e fronteiras terrestres.

- [Diploma legal](#)

Decreto n.º 7/2021, de 17 de abril

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP de 19 de abril](#): Medidas excepcionais face ao surto de doença (XCV) - Regulamentação do estado de emergência a partir de 19-4-2021

Despacho n.º 3838-B/2021, de 15 de abril

(publicado no DR n.º 73, II série de 15-04-2021)

Determina os pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre.

- [Diploma legal](#)

Decreto n.º 6-A/2021, de 15 de abril

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)

Decreto do Presidente da República n.º 41-A/2021, de 14 de abril

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 114-A/2021, de 14 de abril

Autorização da renovação do estado de emergência.

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 13-B/2021, de 5 de abril

Cessa o regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais adotado no âmbito da pandemia da doença COVID-19, alterando a [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março.

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 13-A/2021, de 5 de abril

Renova a imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando, pela segunda vez, a vigência da Lei n.º 62-A/2020, de 27 de outubro.

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 3516-A/2021, de 3 de abril

(publicado no DR n.º 64-A, 1º suplemento, série II de 3-4-2021)

Determina os pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre.

- [Diploma legal](#)

Decreto n.º 6/2021, de 3 de abril

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)

- [Circular 64/2021, 5 de abril](#): Regulamentação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República a partir de 5-4-2021

MARÇO 2021

Decreto-Lei n.º 25-A/2021, de 30 de março

Prorroga o regime excecional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais.

- [Diploma legal](#)

Decreto n.º 5/2021, de 28 de março

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)

Decreto do Presidente da República n.º 31-A/2021, de 25 de março

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 90-A/2021, de 25 de março

Autorização da renovação do estado de emergência.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 23-A/2021, de 24 de março

Estabelece medidas de apoio aos trabalhadores e empresas, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 (alterado pelo [Decreto-Lei n.º 71-A/2021, de 13 de agosto](#)).

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP n.º 49/2021, de 25 de março](#): Medidas de apoio aos trabalhadores e empresas, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, Decreto-Lei n.º 23-A/2021

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2021, de 24 de março

Estabelece medidas de apoio no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP n.º 50/2021, de 24 de março](#): Apoios a vários sectores económicos

Declaração de Retificação n.º 9-B/2021, de 24 de março

Retifica o [Decreto n.º 4/2021](#), de 13 de março, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República, publicado do Diário da República, 1.ª série, n.º 50-A, de 13 de março de 2021.

- [Diploma legal](#)

Portaria n.º 69-A/2021, de 24 de março

Altera o Regulamento do Programa APOIAR.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 22-A/2021, de 17 de março

Prorroga prazos e estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP 48/2021, de 19 de março](#): Decreto-Lei n.º 22-A/2021. Prorrogação de vários prazos

Despacho n.º 2807-B/2021, de 15 de março

(publicado no DR n.º 51, série II de 15/3/2021)

Determina os pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2021, de 13 de março

Estabelece uma estratégia de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19

- [Diploma legal](#)

Decreto n.º 4/2021, de 13 de março (alterado pela Declaração de Retificação n.º 9-B/2021, de 24 de março)

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República

- [Diploma legal](#)

Decreto do Presidente da República, de 11 de março

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 77-B, de 11 de março

Autorização da renovação do estado de emergência

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 2207-B/2021

Determina os pontos de passagem autorizados na fronteira terrestre.

(publicado no DR n.º 40, série II de 26-02-2021)

- [Diploma legal](#)

FEVEREIRO 2021

Decreto-Lei n.º 14-B/2021, de 22 de fevereiro

Alarga o apoio excecional à família no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais.

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP n.º 32-2021](#) - Alargamento do apoio excecional à família no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais

Decreto n.º 3-E/2021, de 12 de fevereiro

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República

- [Diploma legal](#)

Decreto do Presidente da República n.º 11-A/2021, de 11 de fevereiro

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 63-A/2021, de 11 de fevereiro

Autorização da renovação do estado de emergência.

- [Diploma legal](#)

Declaração de Retificação n.º 4/2021, de 3 de fevereiro

Retifica a Portaria n.º 303/2020, de 28 de dezembro, que regulamenta a apresentação do pedido de autorização prévia no procedimento de regularização previsto nos artigos 78.º-B e 78.º-C do Código do IVA e aprova os modelos e respetivas instruções.

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 4-B/2021, de 1 de fevereiro

Estabelece um regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais decorrente das medidas adotadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19, alterando a [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março.

- [Diploma legal](#)

JANEIRO 2021

Decreto n.º 3-D/2021, de 29 de janeiro

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)

Decreto do Presidente da República n.º 9-A/2021, de 28 de janeiro

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 14-A/2021, de 28 de janeiro

Autorização da renovação do estado de emergência.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 8-A/2021, de 22 de janeiro

Altera o regime contraordenacional no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta e procede à qualificação contraordenacional dos deveres impostos pelo estado de emergência

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 8-B/2021, de 22 de janeiro

Estabelece um conjunto de medidas de apoio no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais

- [Diploma legal](#)

Decreto n.º 3-C/2021, de 22 de janeiro

Altera a regulamentação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

- [Diploma legal](#)

Decreto n.º 3-B/2021, de 19 de janeiro

Altera a regulamentação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 6-E/2021, de 15 de janeiro ([alterado pelo DL 23-A/2021, de 24 de março](#))

Estabelece mecanismos de apoio no âmbito do estado de emergência.

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP n.º 7/2021](#), de 16 de janeiro: Medidas excecionais face ao surto de doença (LXXIII)
– mecanismos de apoio no âmbito do estado de emergência

Decreto-Lei n.º 6-C/2021, de 15 de janeiro

Prorroga o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial.

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP n.º8/2021, de 16 de janeiro](#): Medidas excecionais face ao surto de doença (LXXII) – apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial

Decreto n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro

Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)

Decreto do Presidente da República n.º 6-B/2021, de 13 de janeiro

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 1-B/2021, de 13 de janeiro

Modificação da declaração do estado de emergência e autorização da sua renovação

- [Diploma legal](#)

Decreto n.º 2-A/2021, de 7 de janeiro

Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)

Decreto do Presidente da República n.º 6-A/2021, de 6 de janeiro

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 1-A/2021, de 6 de janeiro

Autorização da renovação do estado de emergência

- [Diploma legal](#)

DEZEMBRO

Lei n.º 75-D/2020, de 31 de dezembro

Renovação da imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando a vigência da Lei n.º 62-A/2020, de 27 de outubro.

- [Diploma legal](#)

Portaria n.º 309/2020, de 31 de dezembro

Prorrogação da suspensão de verificação do requisito de não existência de dívidas de entidades candidatas ou promotoras ao IEFP, I. P., para a aprovação de candidaturas e realização de pagamentos de apoios financeiros pelo IEFP, I. P., às respetivas entidades, no âmbito das medidas de emprego e formação profissional em vigor, determinado através da Portaria n.º 94-B/2020, de 17 de abril, e prorrogado pela Portaria n.º 184/2020, de 5 de agosto.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 107/2020, de 31 de dezembro

Altera as medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 12649/2020, de 30 de dezembro

(Publicado no DR n.º 252, série II de 30-12-2020)

Determina a flexibilização do procedimento dos veículos em fim de série, no âmbito da pandemia provocada pela doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 106-A/2020, de 30 de dezembro

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP n.º 198/2020, de 31 de dezembro](#): Medidas excecionais face ao surto de doença (LXIX) – alteração às medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

Lei n.º 75-A/2020, de 30 de dezembro

Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19, alterando a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, e a Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril.

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP n.º 199/2020, de 31 de dezembro](#): Medidas excecionais face ao surto de doença (LXVIII) – alteração ao regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano não habitacional.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2020, de 30 de dezembro

Aprova um conjunto de novas medidas destinadas às empresas e ao emprego no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 103-A/2020, de 15 de dezembro

Altera o regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP n.º 191/2020](#), de 16 de dezembro: Medidas excecionais face ao surto de doença (LXV) – alteração do regime excecional de cumprimento de obrigações fiscais

Decreto-Lei n.º 103/2020, de 15 de dezembro

Altera o sistema de incentivos à adaptação da atividade empresarial ao contexto da COVID-19.

- [Diploma legal](#)

- Circular CCP n.º 192/2020, de 16 de dezembro: Medidas excecionais face ao surto de doença (LXIV) – alteração ao sistema de incentivos à adaptação da atividade empresarial ao contexto da COVID-19

Decreto n.º 11/2020, de 6 de dezembro

Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)

Decreto do Presidente da República n.º 61-A/2020, de 4 de dezembro

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 89-A/2020, de 4 de dezembro

Autorização da renovação do estado de emergência.

- [Diploma legal](#)

NOVEMBRO

Lei n.º 75/2020, de 27 de novembro

Processo extraordinário de viabilização de empresas

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP n.º 178/2020](#): Medidas excepcionais face ao surto de doença (LXII) – processo extraordinário de recuperação de empresas (principais aspectos do novo regime)

Decreto-Lei n.º 101-A/2020, de 27 de novembro

Altera o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial e clarifica o regime excecional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP n.º 179/2020](#): Medidas excepcionais face ao surto de doença (LXI) – alteração do apoio extraordinário à retoma progressiva da actividade empresarial; regime excecional de faltas justificadas ao trabalho

Decreto-Lei n.º 98/2020, de 18 de novembro

Procede à alteração excecional e temporária das regras de sequencialidade dos apoios à manutenção dos postos de trabalho.

- [Download do pdf do diploma legal](#)

- [Circular CCP n.º 171-2020](#): Alteração excecional e temporária das regras de sequencialidade dos apoios à manutenção dos postos de trabalho.

Portaria n.º 271-A/2020, de 24 de novembro (alterada pela Portaria n.º 15-B/2021, de 15 de janeiro e pela Portaria 69-A/2021, de 24 de março)

Aprova o Regulamento do Programa APOIAR.

- [Diploma legal](#)

Declaração de Retificação n.º 47-B/2020, de 24 de novembro

Segunda retificação ao Decreto n.º 9/2020, de 21 de novembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 99/2020, de 22 de novembro

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)
- [Circular CCP n.º 173/2020](#): Medidas excecionais face ao surto de doença (LX) – alteração de medidas
- [Circular CCP n.º 177/2020](#): Regime extraordinário de diferimento de obrigações fiscais e contributivas relativas aos meses de novembro e dezembro de 2020.

Declaração de Retificação n.º 47/2020, de 21 de novembro

Retifica o Decreto n.º 9/2020, de 21 de novembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)

Decreto n.º 9/2020, de 21 de novembro

Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)
- [Circular n.º 172/2020](#): Medidas excecionais face ao surto de doença (LIX) – renovação do estado de emergência (Nov.-Dez.2020)

Decreto do Presidente da República n.º 59-A/2020, de 20 de novembro

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 87-A/2020, de 20 de novembro

Autorização da renovação do estado de emergência.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2020, de 20 de novembro

Aprova um conjunto de medidas destinadas às empresas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 98/2020, de 18 de novembro

Procede à alteração excecional e temporária das regras de sequencialidade dos apoios à manutenção dos postos de trabalho.

- [Download do pdf do diploma legal](#)
- [Circular CCP n.º 171-2020](#): Alteração excecional e temporária das regras de sequencialidade dos apoios à manutenção dos postos de trabalho.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 96-B/2020, de 12 de novembro

Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

- [Diploma legal](#)

- Sumula ANTRAM:

A Resolução do Conselho e Ministros n.º 96-B/2020 vem:

- Proceder à renovação da situação do estado de calamidade até às 23:59 h do dia 23 de novembro de 2020;

- Alterar o elenco dos concelhos que constam do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 92 -A/2020, de 2 de novembro sujeitos a regras especiais, efetuando duas alterações, retirando alguns concelhos e aditando outros (o total de concelhos abrangidos passa de 121 para 191);

- Estabelece novas regras especiais aplicáveis aos referidos concelhos.

Assim, determina -se que, fora do período entre as 08:00 e as 13:00 nos próximos dois sábados e domingos (14 e 15 e 21 e 22 de novembro), ficam suspensas as atividades em estabelecimentos de comércio a retalho e de prestação de serviços, salvo os que fiquem excecionados desta medida, como sejam, designadamente, farmácias, clínicas e consultórios, ou estabelecimentos de venda a retalho de produtos alimentares, bem como naturais ou dietéticos, de saúde e higiene, que disponham de uma área de venda ou prestação de serviços igual ou inferior a 200 metros quadrados com entrada autónoma e independente a partir da via pública. Adicionalmente, os estabelecimentos de restauração e similares apenas poderão funcionar para entrega ao domicílio a partir das 13:00 de sábado e domingo.

Despacho n.º 437/2020-XXII do SEAAF, de 09/11

Prorroga os prazos das declarações do IVA e define o calendário das declarações fiscais anuais a entregar em 2021.

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP](#) n.º 167 - com uma pequena nota relativa ao despacho acima referido.

- [Circular CCP n.º 177/2020](#): Regime extraordinário de diferimento de obrigações fiscais e contributivas relativas aos meses de novembro e dezembro de 2020.

Decreto n.º 8/2020, de 8 de novembro

Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)

Decreto do Presidente da República n.º 51-U/2020, de 6 de novembro

Declara o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 83-A/2020, de 6 de novembro

Autorização da declaração do estado de emergência

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 94-A/2020, de 3 de novembro

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

- [Circular Informativa CCP n.º 163](#) com síntese do Regime do Teletrabalho

Resolução do Conselho de Ministros n.º 92-A/2020, de 2 de novembro

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

- [Circular Informativa CCP n.º 162](#) com síntese da RCM

OUTUBRO

Lei n.º 62-A/2020, de 27 de outubro (alterado pelo [DL 22-A/2021, de 17/3](#) e pela Lei 13-A/2021, de 5/4)

Imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 89-A/2020, de 26 de outubro (alterada pela [Declaração de Retificação n.º 40-B/2020, de 27 de outubro](#)) – REVOGADA pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 92-A/2020.

Determina a limitação de circulação entre diferentes concelhos do território continental no período entre as 00h00 de 30 de outubro e as 06h00 de dia 3 de novembro de 2020.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-B/2020, de 22 de outubro – REVOGADA pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 92-A/2020.

Define medidas especiais aplicáveis aos concelhos de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira no âmbito da situação de calamidade.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 90/2020, de 19 de outubro

Altera o apoio extraordinário relativo à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial.

- [Diploma legal](#)

Portaria n.º 246/2020, de 19 de outubro

Define e regulamenta os termos e as condições aplicáveis às medidas excecionais e temporárias de isenção, total ou parcial, do pagamento de contribuições à segurança social, previstas no n.º 4 da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2020](#), de 28 de agosto.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 87-A/2020, de 15 de outubro

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

- O diploma aqui referido procede à vigésima segunda alteração ao DL 10-A/2020, de 13 de março ([consulte aqui](#) a versão consolidada disponibilizada pelo DRE.) e também à segunda alteração ao DL 28-B/2020, de 26 de junho ([consulte aqui](#) a versão consolidada disponibilizada pelo DRE)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2020, de 14 de outubro - REVOGADA pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 92-A/2020

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Declaração de Retificação n.º 39/2020, de 12 de outubro

Declaração de retificação à [Lei n.º 45/2020](#), de 20 de agosto, que «Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento não habitacional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 4-C/2020](#), de 6 de abril».

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 78/2020, de 7 de outubro

Apreciação da aplicação do estado de emergência, declarado pelo Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020, de 17 de abril

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 77/2020, de 6 de outubro

Apreciação da aplicação do estado de emergência, declarado pelo Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020, de 2 de abril

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 79-A/2020, de 1 de outubro (alterado pelo [DL 94-A/2020](#), DL 99/2020, de 22/11 e pelo 106-A/2020, de 30/12)

Estabelece um regime excecional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais.

- [Diploma legal](#)

SETEMBRO

Lei n.º 58-A/2020, de 30 de setembro

Alarga o regime extraordinário de proteção dos arrendatários, procedendo à sexta alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2020, de 29 de setembro - REVOGADA pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2020.

Prorroga a declaração da situação de contingência, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 78-A/2020, de 29 de setembro

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Despacho 8844-B/2020, de 14 de setembro

Determina que a AT deverá disponibilizar oficiosamente aos contribuintes a faculdade de pagamento em prestações, sem necessidade de prestação de garantia nos termos do Decreto-Lei n.º 492/88, de 30 de dezembro, de dívidas de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) de valor igual ou inferior, respetivamente, a (euro) 5000 e (euro) 10 000, independentemente da apresentação do pedido.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 11 de setembro - REVOGADA pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2020.

Declara a situação de contingência, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

- Circular 131/2020 CCP: Medidas excecionais face ao surto de doença (XLIII) - declaração de situação de contingência (segunda quinzena de Setembro).

[Consulte aqui](#) o documento elaborado pela CCP relativo às regras em vigor do Estado de Contingência declarado pelo governo.

Decreto-Lei n.º 62-A/2020, de 3 de setembro

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

- [Diploma legal](#)

- [Circular CCP n.º 130 - Síntese](#)

AGOSTO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68-A/2020, de 28 de agosto

Prorroga a declaração da situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Portaria 207/2020, 27 de agosto

Regula a medida Incentivo ATIVAR.PT, que consiste na concessão, à entidade empregadora, de um apoio financeiro à celebração de contrato de trabalho com desempregado inscrito no Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 8148/2020, de 21 de agosto

Define medidas excecionais e temporárias que salvaguardem a viabilidade das empresas e outras entidades empregadoras beneficiárias dos apoios financeiros públicos

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 45/2020, de 20 de agosto de 2020

(última alteração introduzida pela [Declaração de Retificação 39/2020, de 12 de outubro](#))

Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento não habitacional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 4-C/2020](#), de 6 de abril

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2020, de 14 de agosto

Prorroga a declaração da situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

- [Diploma Legal](#)

- [Circular CCP n.º 121 - Síntese](#)

Decreto-Lei n.º 58-A/2020, de 14 de agosto

Clarifica as medidas excecionais e temporárias no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social

- [Diploma Legal](#)

- [Circular CCP n.º 122 - Síntese](#)

Decreto-Lei n.º 58-B/2020, de 14 de agosto

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma Legal](#)

Lei n.º 31/2020, de 11 de agosto

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 20/2020](#), de 1 de maio, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

- nota ANTRAM: Entre outras alterações a que afeta mais o nosso sector é que foi revogada a norma que dispensava a obrigação de ter livro de reclamações físico ou seja, passa agora a ser novamente obrigatório.

Decreto-Lei n.º 54/2020, de 11 de agosto

Aprova a restituição do montante equivalente ao imposto sobre o valor acrescentado relativo a diversas iniciativas.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 53/2020, de 11 de agosto

Transpõe a Diretiva (UE) [2020/876](#), no sentido de diferir prazos para a apresentação e troca de informações no domínio da fiscalidade devido à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 52/2020, de 11 de agosto

Estabelece o responsável pelo tratamento dos dados e regula a intervenção do médico no sistema STAYAWAY COVID.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 51/2020, de 7 de agosto

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Portaria n.º 184/2020, de 5 de agosto

Prorrogação da suspensão de verificação do requisito de não existência de dívidas de entidades candidatas ou promotoras ao IEFP, I. P., para a aprovação de candidaturas e realização de pagamentos de apoios financeiros pelo IEFP, I. P., às respetivas entidades, no âmbito das medidas de emprego e formação profissional em vigor, determinado através da [Portaria n.º 94-B/2020](#), de 17 de abril.

- [Diploma legal](#)

JULHO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-A/2020, de 31 de julho

Declara a situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 29/2020, de 31 de julho

Medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas no quadro da resposta ao novo coronavírus SARS-CoV-2 e à doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 46-A/2020, de 30 de julho ([alterado pelo DL 90/2020, de 19 de outubro](#), [DL 98/2020, de 18 de novembro](#), pelo [DL 101-A/2020, de 27 de novembro](#), pelo [Decreto-Lei n.º 6-C/2021, de 15 de janeiro](#), pelo [DL 8-B/2021](#), de 22 de janeiro, pelo [DL 23-A/2021, de 24 de março](#) e pelo [Decreto-Lei n.º 71-A/2021, de 13 de agosto](#))

Prorroga o apoio extraordinário à retoma progressiva da atividade.

- [Diploma legal](#)

Cria o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial com redução temporária do período normal de trabalho.

- [Diploma Legal](#)

- [Consulte igualmente aqui!](#) uma síntese elaborada pela ANTRAM sobre este novo apoio extraordinário à retoma progressiva.

Decreto-Lei n.º 39-A/2020, de 16 de julho (alterado pelo [DL 22-A/2021, de 17/3](#))

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

- [Diploma Legal](#)

Despacho n.º 7254-A/2020, de 16 de julho

Procede à primeira alteração ao Despacho n.º 5546/2020, de 16 de maio, que procede à retoma do ensino da condução e da atividade de formação presencial de certificação de profissionais

- [Diploma legal](#)

Declaração de Retificação n.º 25-A/2020, de 15 de julho

Retifica a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2020](#), de 14 de julho, que declara a situação de calamidade, contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 135, 2.º suplemento, de 14 de julho de 2020.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2020, de 14 de julho - retificado pela Declaração de Retificação 25-A/2020, de 15 de julho e REVOGADA pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-A/2020, de 31 de julho.

Declara a situação de calamidade, contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

- [Diploma legal](#)

JUNHO

Despacho n.º 7073-A/2020, de 10 de julho

Concessão da garantia pessoal do Estado à Comissão Europeia destinada a assegurar a responsabilidade do Estado Português no âmbito do instrumento europeu SURE.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2020, de 26 de junho - REVOGADA pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2020, de 14 de julho
Declara a situação de calamidade, contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 28-B/2020, de 26 de junho

Estabelece o regime contraordenacional, no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta (últimas alterações introduzidas pelo DL 87-A/2020, de 16 de outubro e DL 37-A/2020, de 16/7).

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-B/2020, de 22 de junho
Define regras especiais para a Área Metropolitana de Lisboa no âmbito da situação de calamidade declarada pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020](#), de 29 de maio, na sua redação atual.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 27-B/2020, de 19 de junho

Prorroga o apoio extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho em situação de crise empresarial e cria outras medidas de proteção ao emprego, no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 6344/2020, de 16 de junho

Determina que compete à ACT fiscalizar o cumprimento das regras específicas da DGS, no que respeita à prevenção da transmissão da infeção por SARS-CoV-2, designadamente nos locais de trabalho, incluindo áreas comuns e instalações de apoio, bem como nas deslocações em viaturas de serviço, em particular, nas áreas da construção civil e das cadeias de abastecimento, transporte e distribuição, caracterizadas por grande rotatividade de trabalhadores e onde se tem verificado maior incidência e surtos da doença COVID-19, especialmente nos concelhos de Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Sintra.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 26/2020, de 16 de junho

Altera as medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 43-B/2020, de 12 de junho

Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 6 de junho

Aprova o Programa de Estabilização Económica e Social.

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 6087-A/2020, de 4 de junho

Determina o modo de implementação pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., das ações previstas no plano de formação cumulável com o apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial, previsto no Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março, na sua redação atual.

- [Diploma legal](#)

MAIO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020, de 29 de maio - REVOGADA pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2020.

Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 24-A/2020, de 29 de maio

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 17/2020, de 29 de maio

Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19, procedendo à primeira alteração à [Lei n.º 4-C/2020](#), de 6 de abril.

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 16/2020, de 29 de maio

Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19, procedendo à quarta alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, à primeira alteração à [Lei n.º 9/2020](#), de 10 de abril, e à décima segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2020, de 17 de maio - REVOGADA pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 43-B/2020, de 12 de junho

Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 22/2020, de 16 de maio

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 (última alteração introduzida pelo DL 87-A/2020, de 16/10).

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 21/2020, de 16 de maio

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, no âmbito das inspeções técnicas periódicas.

- [Diploma legal](#)

Declaração de Retificação n.º 20/2020, de 15 de maio

Retifica a [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, «Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19».

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 20-H/2020, de 14 de maio (última alteração introduzida pelo [DL 22-A/2021, de 17/3](#))

Estabelece medidas excecionais de organização e funcionamento das atividades educativas e formativas, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 20-G/2020, de 14 de maio

Estabelece um sistema de incentivos à segurança nas micro, pequenas e médias empresas, no contexto da doença COVID-19 (última alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 103/2020, de 15 de dezembro).

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 34-A/2020, de 13 de maio

Prorroga a reposição, a título excecional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio

Estabelece um regime excecional e temporário relativo aos contratos de seguro (última alteração introduzido pelo [DL 22-A/2021, de 17/3](#)).

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 14/2020, de 9 de maio

Terceira alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 20-C/2020, de 7 de maio

Estabelece medidas excecionais de proteção social, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 (última alteração introduzida pelo DL 37/2020, de 15/7).

- [Diploma Legal](#)

Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de maio

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 (última alteração introduzida pela Lei 31/2020, de 11/8).

- [Diploma legal](#)

ABRIL

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020, de 30 de abril - REVOGADA pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2020, de 17 de maio.

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto n.º 2-D/2020, de 30 de abril

Regulamenta o estado de emergência e o estado de calamidade para o período entre 1 e 3 de maio de 2020.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 19-A/2020, de 30 de abril

Estabelece um regime excecional e temporário de reequilíbrio financeiro de contratos de execução duradoura, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto n.º 2-D/2020, de 30 de abril

Regulamenta o estado de emergência e o estado de calamidade para o período entre 1 e 3 de maio de 2020.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-C/2020, de 30 de abril

Estabelece uma estratégia de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID 19.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-B/2020, de 30 de abril

Repõe, a título excecional e temporário, um ponto de passagem autorizado na fronteira terrestre.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020, de 30 de abril - REVOGADA pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2020, de 17 de maio

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto n.º 2-C/2020, de 17 de abril (retificado pela DR 18-A/2020, de 30/4 e REVOGADA pelo DL 20/2020, de 1/5)

Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 23-A/2020, de 17 de abril

Autorização para a renovação do estado de emergência.

- [Diploma legal](#)

Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020, de 17 de abril

Procede à segunda renovação da declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

- [Diploma legal](#)

Portaria n.º 94-A/2020, de 16 de abril

Regulamenta os procedimentos de atribuição dos apoios excecionais de apoio à família, dos apoios extraordinários à redução da atividade económica de trabalhador independente e à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial, do diferimento das contribuições dos trabalhadores independentes e do reconhecimento do direito à prorrogação de prestações do sistema de segurança social.

- [Diploma legal](#)

Portaria n.º 91/2020, de 14 de abril

Define, em execução do disposto no n.º 2 do artigo 3.º da [Lei n.º 4-C/2020](#), de 6 de abril, que estabelece um regime excecional para as situações de mora no pagamento das rendas atendendo à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e doença COVID-19, os termos em que é efetuada a demonstração da quebra de rendimentos para efeito de aplicação daquele regime excecional a situações de incapacidade de pagamento das rendas habitacionais devidas a partir de 1 de abril de 2020 e até ao mês subsequente ao termo da vigência do estado de emergência.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2020, de 14 de abril

Prorroga a reposição, a título excecional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 14-F/2020, de 13 de abril

Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 8/2020, de 10 de abril

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 10-J/2020](#), de 26 de março, que estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 7/2020, de 10 de abril

Estabelece regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia SARS-CoV-2, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 26 de março, e à quarta alteração à Lei n.º 27/2007, de 30 de julho (última alteração introduzida pela Lei 18/2020, de 29 de maio).

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 5/2020, de 10 de abril

Quarta alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Portaria n.º 90/2020, de 9 de abril

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 80-A/2020, de 25 de março, que veio estabelecer o regime de prestação de serviços essenciais de inspeção de veículos

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 12-A/2020, de 6 de abril

Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril

(alterada pela Lei n.º 17/2020, de 29/5, Lei n.º 45/2020, de 20/8, DL n.º 106-A/2020, de 30/12 e Lei 75-A/2020, de 30/12)

Regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19 (últimas alterações introduzidas pela Lei 17/2020, de 29 de maio e pela Lei 45/2020, de 20 de agosto).

- [Diploma legal](#)

Lei n.º 4-A/2020, de 6 de abril

Procede à primeira alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, e à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19.

- [Diploma legal](#)

Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril – REVOGADO pelo Decreto n.º 2-C/2020, de 17 de abril
Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 22-A/2020, de 2 de abril
Autorização da renovação do estado de emergência.

- [Diploma legal](#)

Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020, de 2 de abril

Renova a declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 4024-B/2020, de 1 de abril

Determina que, até ao termo do período do estado de emergência, a taxa de gestão de resíduos, nos sistemas de gestão de resíduos urbanos, incide sobre a quantidade de resíduos destinados a operações de eliminação e valorização no período homólogo de 2019.

- [Diploma legal](#)

MARÇO

Decreto-Lei n.º 10-K/2020, de 26 de março

Estabelece um regime excecional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março

Estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 (última alteração introduzida pela Lei 50/2021, de 30 de julho).

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 10-H/2020, de 26 de março

Estabelece medidas excecionais e temporárias de fomento da aceitação de pagamentos baseados em cartões, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março

Estabelece uma medida excecional e temporária de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia COVID-19 (últimas alterações introduzidas pelo DL 14-F/2020, de 13 de abril e DL 27-B/2020 de 19 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 6-C/2021, de 15 de janeiro).

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março

Estabelece um regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 (últimas alterações introduzidas pelo DL 20-C/2020, de 7 de maio, DL 51/2020 de 7 de agosto e DL 99/2020, de 22 de novembro).

- [Diploma legal](#)

Despacho Normativo n.º 4/2020, de 25 de março

Determina a criação de uma linha de apoio financeiro, destinada a fazer face às necessidades de tesouraria das microempresas turísticas cuja atividade se encontra fortemente afetada pelos efeitos económicos resultantes do surto da doença COVID-19 (últimas alterações introduzidas pelo Despacho Normativo 10/2020, de 9 de setembro).

- [Diploma legal](#)

Portaria n.º 80-A/2020, de 25 de março – REVOGADA pela Portaria 90/2020, de 9 de abril

Regula o regime de prestação de serviços essenciais de inspeção de veículos.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 10-C/2020, de 23 de março

Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia da doença COVID-19 no âmbito das inspeções técnicas periódicas (últimas alterações introduzidas pelo DL 21/2020, de 16 de maio).

- [Diploma legal](#)

Lei 1-A/2020, de 19 de março

(alterada pelas Leis 4-A/2020 de 6/4, 4-B/2020, de 6/4, 14/2020, de 9/5, 20/2020, de 15/5, 16/2020, 29/5, 28/2020, de 28/7, 58-A/2020, de 30/9, 75-A/2020, de 30/12, 1-A/2021, de 13/1, 4-B/2021, de 1/2 e 13-B/2021, de 5/4)

Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19

- [Diploma legal](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 15-A/2020, de 18 de março

Autorização da declaração do estado de emergência.

- [Diploma legal](#)

Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março

Declara o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-B/2020, de 16 de março

Repõe, a título excecional e temporário, o controlo documental de pessoas nas fronteiras no âmbito da situação epidemiológica provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19 (última alteração introduzida pela Resolução do Conselho de Ministros 34-A/2020 de 14 de maio)

- [Diploma legal](#)

Portaria n.º 71-A/2020, de 15 de março – REVOGADO pelo DL 10-G/2020 de 26 de março

Define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios imediatos de carácter extraordinário, temporário e transitório, destinados aos trabalhadores e empregadores afetados pelo surto do vírus COVID-19, tendo em vista a manutenção dos postos de trabalho e mitigar situações de crise empresarial.

- [Diploma legal](#)

Despacho n.º 3298-B/2020, de 13 de março

Declaração de situação de alerta em todo o território nacional.

- [Diploma legal](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2020, de 13 de março

Aprova um conjunto de medidas relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19.

- [Diploma legal](#)

Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março

Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19 (diversas alterações introduzidas sendo que a última foi pelo [DL 53-A/2021, de 16/6](#)).

- [Diploma legal](#)